



PORTO PRIMAVERA

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 07.081.291/0001-39

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,
A **Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. ("PPTE" ou "Companhia")** apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com os Relatórios dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2019.

1) A COMPANHIA

A PPTE é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 15 de outubro de 2004 e estabelecida no Rio de Janeiro. Possui duas filiais localizadas em Rosana, no Estado de São Paulo, e Campo Grande, no Estado do Mato Grosso do Sul.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH) desde 14 de dezembro de 2012 quando foi adquirida já em fase operacional da CYMI Holding S.A., CYMI do Brasil Proj. Serv. Ltda. e Intran do Brasil S.A.. A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

2) SETOR ELÉTRICO - SEGMENTO DE TRANSMISSÃO

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).

Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados da concessão:

Extensão de linhas em km: 510
Extensão em kV: 230/440
Subestações próprias/acessadas: 6

3) DESEMPENHO FINANCEIRO

3.1) Receita

O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas foi de R\$ 111.297.068 para o período de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020 e R\$ 103.394.710 para o período de 1º de julho de 2018 a 30 de junho de 2019.

3.2) Desempenho econômico-financeiro

Os principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2019 e 2018 são:

	2019	2018
• Liquidez geral	2,15	4,45
• Liquidez corrente	3,82	6,45
• Relação patrimonial líquido/ativo	53,52%	77,55%
• Relação passivo não circulante/Ativo	38,46%	17,76%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	16,27%	9,60%
• Relação lucro operacional/Patrimônio líquido	22,03%	14,63%
Ativos totais - R\$	545.321.424	442.099.857
Lucro líquido do exercício - R\$	47.479.938	32.921.153

4) GOVERNANÇA CORPORATIVA

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva. A Companhia vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas.

Iniciativas como a Semana da Saúde e do Bem Estar foram levadas para todas as regiões da empresa além de sua sede no Rio de Janeiro. A promoção de eventos para a criação de um bom ambiente de trabalho. O Programa de Liderança, contando com a participação de todos os seus executivos, diretores e gerentes também vem sendo incentivado e aprimorado. Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

5) RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL

A Companhia vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. A Companhia também participa de ações sociais junto a Sociedade.

6) AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2020

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL (Em reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018		Nota	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Ativo					Passivo				
Ativo circulante					Passivo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	6	45.875.825	30.193.208	24.438.130	Fornecedores - terceiros		13.460.864	1.223.098	684.872
Concessionárias e permissionárias	8	9.553.193	9.719.283	9.509.118	Fornecedores - partes relacionadas	23	684.865	678.444	826.704
Contas a receber - partes relacionadas	23	1.606.551	1.253.965	862.390	Financiamento - terceiros	10	-	39.713	18.823.123
Estoques		1.057.484	3.232.051	3.250.024	Impostos e contribuições sociais	11	9.067.237	13.048.775	15.667.693
Adiantamento a fornecedores		1.209.824	1.104.879	1.047.700	Taxas regulamentares	12	2.200.781	2.975.671	2.625.680
Impostos a recuperar		131.760	214.025	3.243.674	Dividendos propostos e juros sobre capital próprio	16	15.745.873	312.751	391.389
Ativos de contrato	9	106.879.194	86.500.707	81.464.729	Outros passivos circulantes	13	2.554.396	2.460.627	1.885.044
Outros ativos circulantes		655.179	1.517.388	1.069.114			43.714.016	20.739.079	40.904.505
		166.969.010	133.735.506	124.884.879	Passivo não circulante				
Ativo não circulante					Financiamento - terceiros	10	113.505.664	-	9.355.292
Títulos e valores mobiliários	7	-	-	7.930.426	Outras contas a pagar com partes relacionadas	23	20.052	20.000	21.877
Ativos de contrato	9	373.729.427	303.611.198	311.107.422	Provisão para contingências	14	62.247	59.904	338.718
Outros ativos não circulantes		1.860.754	1.870.241	1.870.240	Impostos diferidos	15	96.160.746	78.423.645	78.463.175
Imobilizado		2.598.593	2.692.688	1.501.116			209.748.709	78.503.549	88.179.062
Intangível		163.640	190.224	38.311			16		
		378.352.414	308.364.351	322.447.515	Capital social		214.035.000	214.035.000	194.035.000
					Retenção de lucros		57.783.860	111.156.387	108.194.042
					Reserva legal		20.039.839	17.665.842	16.019.785
							291.858.699	342.857.229	318.248.827
Total do ativo		545.321.424	442.099.857	447.332.394	Total do passivo e do patrimônio líquido		545.321.424	442.099.857	447.332.394

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2018 (reapresentado)	194.035.000	16.019.785	108.194.042	-	318.248.827
Aumento de capital conforme AGE de 23 de novembro de 2018	20.000.000	-	-	-	20.000.000
Dividendos adicionais conf. AGO de 27 de abril de 2018	-	-	(28.000.000)	-	(28.000.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	32.921.153	32.921.153
Constituição da reserva legal	-	1.646.057	-	(1.646.057)	-
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros	-	-	30.962.345	(30.962.345)	-
Dividendos propostos (Nota explicativa 16)	-	-	-	(312.751)	(312.751)
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (reapresentado)	214.035.000	17.665.842	111.156.387	-	342.857.229
Lucro líquido do exercício	-	-	-	47.479.938	47.479.938
Juros sobre capital próprio	-	-	(18.478.468)	-	(18.478.468)
Constituição da reserva legal	-	2.373.997	-	(2.373.997)	-
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros	-	-	45.105.941	(45.105.941)	-
Dividendos adicionais conf. AGO de 30 de abril de 2019	-	-	(80.000.000)	-	(80.000.000)
Dividendos propostos (Nota explicativa 16)	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	214.035.000	20.039.839	57.783.860	-	291.858.699

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. ("PPTE" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 15 de outubro de 2004 e estabelecida no Rio de Janeiro. Possui duas filiais localizadas em Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo, e Campo Grande, no Estado do Mato Grosso do Sul. A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China. A Companhia iniciou suas operações em 17 de outubro de 2006 e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. **1.1. Da concessão:** Em 30 de setembro de 2004, a Isolux Wat S.A. foi declarada vencedora do Leilão Público nº 001/2004, realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente ao lote J - linhas Porto Primavera-Dourados e Porto Primavera-Imbirussu. O decreto de outorga da concessão, sem número, datado de 2 de fevereiro de 2006, foi publicado no Diário Oficial da União de 3 de fevereiro de 2006. No dia 4 de março de 2006, a Companhia assinou com a União, por meio da ANEEL, o Contrato de Concessão nº 009/2006 - ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para implantação, operação e manutenção da instalação das linhas de transmissão Porto Primavera-Dourados e Porto Primavera Imbirussu-230KV, com extensão aproximada de 490 km, com origem na subestação UHE Porto Primavera e término na nova subestação Porto Primavera. **1.2. Receita anual permitida (RAP):** A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em R\$43.711.286 (valor histórico) que será válida pelos primeiros 15 anos contados a partir do início da operação comercial e será corrigida anualmente pelo IGP-M. A partir do décimo sexto ano de operação a RAP será de 50% da RAP do décimo quinto ano de operação comercial, perfazendo o total de 30 anos de concessão. Em 26 de junho de 2018 a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.408/2018 estabeleceu a RAP em R\$ 103.394.710 para o período de 1º de julho de 2018 a 30 de junho de 2019. Em 25 de junho de 2019 a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.565/2019 estabeleceu a RAP em R\$ 111.297.068 para o período de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020. A receita faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos apresentados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. As demonstrações financeiras apresentam informações comparativas em relação ao período anterior e foram autorizadas pela Administração em 21 de fevereiro de 2020. **2.1. Estimativas e premissas:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos contratuais da concessão

pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. **2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira:** A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. **2.3. Classificação circulante versus não circulante:** Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa. Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Caixa e equivalentes de caixa: Os caixas e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **3.2. Concessionárias e permissionárias:** Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao pagamento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas. Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis. **3.3. Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. **3.4. Ativo de Concessão:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)			
Receita operacional líquida	17	179.754.389	77.451.747
Custo da operação	18	(108.008.233)	(23.020.044)
Lucro bruto		71.746.156	54.431.703
Despesas gerais e administrativas	19	(5.634.759)	(3.528.010)
Outras (despesas)/receitas operacionais líquidas		(1.817.820)	(739.225)
Lucro antes do resultado financeiro		64.293.577	50.164.468
Resultado financeiro	20	(2.556.870)	(1.204.556)
Receita financeira		5.792.640	2.687.857
Despesa financeira		(8.349.510)	(3.892.413)
Resultado antes dos impostos		61.736.707	48.959.912
Imposto de renda e contribuição social	21	(14.256.769)	(16.038.759)
Lucro líquido do exercício		47.479.938	32.921.153

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	31/12/2019	31/12/2018
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)		
Lucro líquido do exercício	47.479.938	32.921.153
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultados abrangentes	47.479.938	32.921.153

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

	31/12/2019	31/12/2018
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)		
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro do exercício antes dos impostos	61.736.707	48.959.912
Itens de resultado que não afetam o caixa		
Juros e variações cambiais sobre financiamentos	7.738.209	2.751.280
Depreciação e amortização	358.159	189.517
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(396.207)	1.455.530
Provisão para contingência	2.344	(278.815)
(Aumento) redução nos ativos		
Concessionárias e permissionárias	562.297	(1.665.695)
Contas a receber - partes relacionadas	(352.585)	(391.575)
Ativo de contrato	(89.829.792)	2.460.249
Estoques	2.174.567	17.972
Impostos a recuperar	82.265	5.361.971
Adiantamentos a fornecedores	(104.945)	(57.179)
Outros ativos	871.689	(448.275)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	12.244.233	409.967
Tributos e contribuições sociais	7.910.412	(6.986.956)
Taxas regulamentares	(774.890)	349.991
Outros passivos	(7.118.253)	553.705
Juros pagos	-	(1.851.040)
Impostos pagos	(11.183.387)	(14.042.573)
Fluxo de caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	(16.079.177)	36.787.986
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	(237.479)	(1.533.002)
Títulos e valores mobiliários	-	7.930.426
Fluxo de caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento	(237.479)	6.397.424
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de Capital	-	20.000.000
Empréstimos captados	112.310.000	-
Financiamentos pagos	(37.154)	(29.038.943)
Dividendos pagos	(80.273.573)	(28.391.389)
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	31.999.273	(37.430.332)
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	15.682.617	5.755.078



PORTO PRIMAVERA

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 07.081.291/0001-39



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

ser registrados na rubrica "Implementação da Infraestrutura", como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta "Impostos diferidos" no passivo não circulante. **3.5. Ativo imobilizado:** Os itens que compõem o ativo imobilizado são relacionados à área administrativa e referentes a ativos não vinculados ao contrato de concessão (estes que tem seu resultado registrados na nota de outras receitas e despesas operacionais) e apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **3.6. Ativo intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

3.7. Provisão para redução ao valor recuperável (impairment): A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. **3.8. Impostos: Impostos sobre serviços prestados:** As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 1,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 7,6%. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

Imposto de renda e contribuição social - correntes: A tributação sobre o lucro compreendeu o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240.000 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. **Impostos diferidos:** Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. **3.9. Provisões para contingências:** A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.10. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

3.11. Outros ativos e passivos: Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes. **3.12. Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. **3.13. Receita operacional:** As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: a) Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas. Toda a margem de construção é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. b) Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. c) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações. **3.14. Instrumentos financeiros:** A Companhia aplicou os requerimentos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, a partir de 1º de janeiro de 2018, relativos a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável. a) Ativos financeiros - Classificação e mensuração - Com a adoção do CPC 48 os instrumentos financeiros passaram a ser classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A norma também elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A partir de 1º de janeiro de 2018 a Companhia passou a apresentar os instrumentos financeiros da seguinte

forma: • Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. • Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. (i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment) - O CPC 48 substituiu o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados. (ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. b) Passivos financeiros - Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **3.15. Fluxo de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **3.16. Transações com partes relacionadas:** As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes ao de mercado. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

4. REAPRESENTAÇÃO DOS SALDOS COMPARATIVOS

Ao longo de 2018, as companhias de Transmissão de Energia Elétrica estiveram envolvidas em discussão técnica contábil em relação à classificação dos ativos de transmissão. A Administração da Companhia, após reavaliação deste tema e objetivando a melhor apresentação das suas demonstrações financeiras, com base nas orientações emanadas pelo "CPC 23 - Políticas Contábeis Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro", procedeu com a reapresentação, de forma retrospectiva, do seu balanço patrimonial, demonstração do resultado, demonstração do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido e demonstração do fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, originalmente publicadas em 18 de Março de 2019, decorrentes de erro na mensuração da receita e do ativo de contrato das concessões de transmissão na adoção inicial do pronunciamento citado acima, e seus impactos tributários correlacionados conforme abaixo:

	Ref	31/12/2018		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Balanço patrimonial				
Ativo				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa		30.193.208	-	30.193.208
Ativo de contrato	(i)	85.202.167	1.298.540	86.500.707
Demais ativos circulantes não impactados		17.041.591	-	17.041.591
		132.436.966	1.298.540	133.735.506
Ativo não circulante				
Ativo de contrato	(i)	261.542.946	42.068.252	303.611.198
Demais ativos não circulantes não impactados		4.753.153	-	4.753.153
		266.296.099	42.068.252	308.364.351
		398.733.065	43.366.792	442.099.857

	Ref	31/12/2018		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Total do ativo				
Passivo				
Passivo circulante				
Impostos e contribuições sociais	(ii)	9.740.173	3.308.602	13.048.775
Taxas regulamentares		2.975.671	-	2.975.671
Dividendos propostos	(iii)	273.573	39.178	312.751
Outros passivos circulantes		2.460.627	-	2.460.627
Demais passivos circulantes não impactados		1.941.255	-	1.941.255
		17.391.299	3.347.780	20.739.079
Passivo não circulante	(ii)	30.350.218	48.073.427	78.423.645
Impostos diferidos		79.904	-	79.904
Demais passivos não circulantes não impactados		30.430.122	48.073.427	78.503.549

	Ref	31/12/2018		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Total do passivo e do patrimônio líquido				
Demonstração do resultado				
Receita operacional líquida	(i)	71.418.019	6.033.728	77.451.747
Outros		(28.491.835)	-	(28.491.835)
Imposto de renda e contribuição social	(ii)	(14.128.998)	(1.909.761)	(16.038.759)
Lucro líquido do exercício		28.797.186	4.123.967	32.921.153
Demonstração do resultado abrangente				
Lucro líquido do exercício	(i) e (ii)	28.797.186	4.123.967	32.921.153
Total de resultados abrangentes		28.797.186	4.123.967	32.921.153
Demonstração do fluxo de caixa				
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes dos impostos		42.926.184	6.033.728	48.959.912
Itens de resultado que não afetam o caixa		4.117.512	-	4.117.512
(Aumento) redução nos ativos		10.231.071	(4.953.603)	5.277.468
Aumento (redução) nos passivos		(20.486.782)	(1.080.125)	(21.566.907)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais		36.787.985	-	36.787.985
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento		6.397.424	-	6.397.424
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento		(37.430.332)	-	(37.430.332)
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa		5.755.077	-	5.755.077

A seguir impactos da adoção do CPC 47 no balanço social da Companhia em 1º de janeiro de 2018:

	Ref	01/01/2018		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Balanço patrimonial				
Ativo				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa		24.438.130	-	24.438.130
Ativo de contrato	(i)	83.832.822	(2.368.093)	81.464.729
Demais ativos circulantes não impactados		18.982.020	-	18.982.020
		127.252.972	(2.368.093)	124.884.879
Ativo não circulante	(i)	352.656.180	(41.548.758)	311.107.422
Ativo de contrato		11.340.093	-	11.340.093
Demais ativos não circulantes não impactados		363.996.273	(41.548.758)	322.447.515
		491.249.245	(43.916.851)	447.332.394

	Ref	01/01/2018		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Balanço patrimonial				
Passivo				
Passivo circulante				
Financiamento - terceiros		18.823.123	-	18.823.123
Impostos e contribuições sociais		15.667.693	-	15.667.693
Demais passivos circulantes não impactados		6.413.689	-	6.413.689
		40.904.505	-	40.904.505
Passivo não circulante				
Financiamento - terceiros		9.355.292	-	9.355.292
Impostos diferidos	(ii)	55.902.997	22.560.178	78.463.175
Demais passivos não circulantes não impactados		360.595	-	360.595
		65.618.884	22.560.178	88.179.062
Patrimônio líquido				
Capital social		194.035.000	-	194.035.000
Retenção de lucros	(i) e (ii)	174.671.071	(66.477.029)	108.194.042
Reserva legal	(i) e (ii)	16.019.785	-	16.019.785
		384.725.856	(66.477.029)	318.248.827
Total do passivo e do patrimônio líquido		491.249.245	(43.916.851)	447.332.394

(i) Ajustes para correção de erros na implementação do CPC 47, que define o ativo da concessão como ativo contratual conforme descrito na nota explicativa 3.4. (ii) Impacto dos impostos diferidos sobre os ajustes efetuados referente ao recálculo do CPC 47 e sobre os ajustes de IR e CS correntes referente a recálculo do IFRIC 12. (iii) Efeitos dos ajustes que foram refletidos no resultado do exercício.

	Ref	01/01/2018		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Total do passivo e do patrimônio líquido		491.249.245	(43.916.851)	447.332.394

5. NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS E REVISADAS

5.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019: As seguintes normas e interpretações que se aplicam pela primeira vez em 2019, mas não apresentam, no entanto, impactos nas demonstrações financeiras. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não vigentes. - **CPC 06 (R2) - Arrendamentos:** O CPC 06 (R2) se sobrepôs à versão anterior (R1) da norma de arrendamentos, além do ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários reconheçam a maioria dos arrendamentos no balanço patrimonial. A contabilização do arrendador de acordo com o CPC 06 (R2) está substancialmente inalterada em relação à versão anterior da norma. Os arrendadores continuarão classificando arrendamentos como arrendamentos operacionais ou financeiros, utilizando princípios similares aos da versão anterior da norma. A Companhia adotou o CPC 06 (R2) usando o método retrospectivo modificado de adoção, com a data de aplicação inicial de 1º de janeiro de 2019. A Companhia aplicou a norma somente a contratos que foram previamente identificados como arrendamentos, aplicando-se a versão anterior da norma na data da aplicação inicial. A Companhia também optou por utilizar as isenções de reconhecimento para contratos de arrendamento que, na data de início, têm um prazo de arrendamento igual ou inferior a 12 meses e não contêm opção de compra (arrendamento de curto prazo) e contratos de arrendamento para os quais o ativo subjacente é de baixo valor (ativos de baixo valor). Não houve efeito significativo oriundo da adoção ao CPC 06 (R2) sobre as demonstrações financeiras. • **ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro:** A Interpretação (equivalente à interpretação IFRIC 23) trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos fiscais incertos. A interpretação aborda especificamente o seguinte: • Se a entidade considera tratamentos fiscais incertos separadamente. • As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais. • Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto. • Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias. A Companhia determina se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos fiscais incertos e considera a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A Companhia aplica julgamento significativo na identificação de incertezas sobre tratamentos de imposto de renda. A interpretação não teve impacto nas demonstrações financeiras. • **CPC 48 - Recursos de pagamento antecipado com compensação negativa:** De acordo com o CPC 48 (IFRS 9), um instrumento de dívida pode ser mensurado ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, desde que os fluxos de caixa contratuais sejam "somente pagamentos de principal e juros sobre o principal em aberto" (critério de SPPI) e o instrumento for mantido no modelo de negócio adequado para esta classificação. As alterações ao CPC 48 esclarecem que um ativo financeiro cumpre o critério de SPPI independentemente do evento ou circunstância que cause a rescisão antecipada do contrato e independentemente da parte que paga ou recebe uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. **Melhorias anuais: • CPC 32 - Tributos sobre o Lucro:** As alterações esclarecem que as consequências do imposto de renda sobre dividendos estão vinculadas mais diretamente a transações ou eventos passados que geram lucros distribuíveis do que às distribuições aos titulares. Portanto, a entidade reconhece as consequências do imposto de renda sobre dividendos no resultado, outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido conforme o lugar em que a entidade originalmente reconheceu essas transações ou eventos passados. A entidade aplica essas alterações a partir de 1º de janeiro de 2019. Quando a entidade aplica essas alterações pela primeira vez, as aplica às consequências do imposto de renda sobre dividendos reconhecidas a partir do início do período comparativo mais antigo. Como a legislação fiscal aplicável nas jurisdições nas quais a Companhia atua (primariamente no Brasil) não prevem a tributação dos dividendos, essa alteração não trouxe efeito sobre as demonstrações financeiras. **5.2 Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. • **Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8: Definição de omissão material:** Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à IAS 1 e IAS 8 Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 26 (R1) e o CPC 23 para alinhar a definição "omissão material" ou "divulgação distorcida material" em todas as normas e esclarecer certos aspectos da definição declara que: "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscurecimento pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral fazem com base nessas demonstrações financeiras, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade." Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Caixa	1.090	-	-
Bancos	924.964	316.393	316.591
Aplicações financeiras	44.949.771	29.876.815	24.121.539
	45.875.825	30.193.208	24.438.130

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs e Fundos de Investimento que buscam alcançar seu objetivo por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em cotas de fundos de investimento e/ou fundos de investimento em cotas de fundos de investimento da classe Referenciado. Tanto os CDBs como os fundos podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferece uma remuneração atrelada à taxa de 97,5% do CDI.

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Conta reserva - financiamentos	-	-	7.930.426
Total	-	-	7.930.426

Durante todo o prazo do contrato, deve-se manter em favor do BNDES uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a três vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida, acrescido de três vezes o valor do custo de operação e manutenção. Em 15 de dezembro de 2018 a empresa efetuou o pagamento total de sua



PORTO PRIMAVERA

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 07.081.291/0001-39



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

divida com o BNDES, esta obrigação deixou de existir e por este motivo os recursos desta aplicação foram resgatados e transferidos para uma conta de livre movimentação.

8. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
A vencer	9.414.395	9.124.355	8.945.825
Vencidas até 30 dias	45.758	45.439	99.456
Vencidas até 60 dias	10.407	4.315	13.576
Vencidas até 90 dias	10.016	7.208	9.616
Vencidas há mais de 90 dias	323.132	1.184.688	2.542.896
	9.803.708	10.366.005	11.611.369
(-) PCLD	(250.515)	(646.722)	(2.102.251)
	9.553.193	9.719.283	9.509.118

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. Segue movimentação da PCLD:

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Saldo em 1º de janeiro	(646.722)	(2.102.251)	(1.455.737)
Reversão	396.207	1.455.529	-
Adição	-	-	(646.514)
Saldo em 31 de dezembro	(250.515)	(646.722)	(2.102.251)

9. ATIVOS DE CONTRATO

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Circulante	106.879.194	86.500.707	81.464.729
Não circulante	373.729.427	303.611.198	311.107.422
	480.608.621	390.111.905	392.572.151

10. FINANCIAMENTOS

a) Total da dívida

Descrição	Início	Venci-mento	Garan-tidor	Encargos	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
BNDES - Subcrédito A	jun/07	jun/19	(i)	UMBNDDES + 3%	-	-	2.704.231
BNDES - Subcrédito B + C	jun/07	jun/19	(i)	TJLP + 3% a.a.	-	-	7.334.931
BNP - Subcrédito A	jun/07	jun/19	(i)	UMBNDDES + 4,3%	-	-	2.443.176
BNP - Subcrédito B + C	jun/07	jun/19	(i)	TJLP + 4,3% a.a.	-	-	6.626.450
Santander - Subcrédito A	jun/07	jun/19	(i)	UMBNDDES + 4,3%	-	-	2.443.176
Santander - Subcrédito B + C	jun/07	jun/19	(i)	TJLP + 4,3% a.a. IPCA+	-	39.713	6.626.451
Debêntures	Mar/19	Fev/29	(i)	4,45% a.a.	113.505.664	-	-
					113.505.664	39.713	28.178.415
Circulante					-	39.713	18.823.123
Não circulante					113.505.664	-	9.355.292
					113.505.664	39.713	28.178.415

Banco BNP e Banco Santander: A liquidação de todos os empréstimos da PPTTE com BNDES, BNP e Santander ocorreu em 15 de dezembro de 2018 mediante a companhia ter recebido as respectivas autorizações para as quitações dos empréstimos do BNDES e dos bancos repassadores - BNPP e Santander. O valor de R\$ 39.713 se deve a uma parcela que não foi debitada pelo Banco Santander. O banco reconheceu o erro e efetuou o débito em Janeiro de 2019. **Debêntures:** Em 11 de fevereiro de 2019 foi assinado o Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Porto Primavera Transmissora de Energia S.A., com desembolsos em 01 e 08 de março do mesmo ano totalizando o valor de R\$ 112.310.000 (cento e doze milhões trezentos e dez mil reais), sendo a primeira amortização em 15 de fevereiro de 2021 com o término em 15 de fevereiro de 2029. A partir da data de emissão incidirá sobre o valor nominal unitário a taxa de juros equivalentes a IPCA + 4,45% a.a. **(i) Garantias:** • Cessão de 35% dos direitos emergentes do contrato de concessão. • Penhor dado por todos os acionistas em favor dos debenturistas, correspondendo a 22% da totalidade das ações da Companhia. • Cessão de 35% dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão. • Fiança corporativa da State Grid Brasil Holding (SGBH). **b) Covenants:** Conforme Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Porto Primavera Transmissora de Energia S.A., os covenants financeiros serão apurados somente a partir dos dados da Demonstração Financeira de 31 de dezembro de 2021.

11. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
IR	3.125.751	8.352.034	10.316.975
CSLL	869.182	2.803.056	4.006.004
PIS	143.948	132.934	109.914
COFINS	664.975	614.967	507.711
Outros	4.263.381	1.145.784	727.089
	9.067.237	13.048.775	15.667.693

12. TAXAS REGULAMENTARES

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Reserva global de reversão (RGR) (i)	(40.764)	(113.320)	(101.730)
Taxa de fiscalização (TFSEE) (ii)	196.614	194.310	192.393
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) (iii)	2.044.931	2.894.681	2.535.017
	2.200.781	2.975.671	2.625.680

(i) RGR: Taxa criada pelo Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035. Em 06 de agosto de 2019, através da Nota Técnica 126/2019 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a RGR relativas às competências de julho de 2019 a junho de 2020 de R\$ 271.711. **(ii) TFSEE:** Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória. Em 19 de julho de 2018, através do Despacho 2.004 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a TFSEE relativas às competências de julho de 2019 a junho de 2020 de R\$ 31.091. **(iii) P&D:** Conforme as Resoluções Aneel 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação à projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados ao seu atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

13. OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Provisão de férias	1.264.071	1.091.474	933.739
Provisão de bônus	862.350	1.150.930	720.220
Outros	427.975	218.223	231.085
	2.554.396	2.460.627	1.885.044

14. PROVISÃO DE CONTINGÊNCIAS

Contingências prováveis (provisionadas): A Companhia, no curso normal de suas operações, está envolvida em processos legais, de natureza cível, tributária, trabalhista e ambiental. A companhia constitui provisões para processos legais a valores considerados pelos seus assessores jurídicos e sua Administração como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis.

Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Trabalhista	62.247	59.904	338.718
	62.247	59.904	338.718

Contingências possíveis (não provisionadas): Os consultores jurídicos analisaram a posição de todos os processos nos quais a Companhia figura como ré e estimaram as perdas possíveis em:

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Fiscal	6.278.903	5.994.033	749.000
Trabalhista	50.000	-	5.100.584
Cível	63.245	-	2.034.595
	6.392.148	5.994.033	7.884.179

15. IMPOSTOS DIFERIDOS PASSIVOS

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Impostos diferidos passivos (i)	96.160.746	78.423.645	78.463.175
	96.160.746	78.423.645	78.463.175

(i) Os tributos diferidos passivos foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital social:** O capital social em 31 de dezembro de 2017, subscrito e integralizado era de R\$ 194.035.000, dividido em 194.035.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas no valor nominal de R\$ 1,00 cada. Em 23 de novembro de 2018 foram subscritas 20.000.000 ações ordinárias e nominativas, ao preço de R\$1,00 cada, totalizando R\$ 20.000.000, integralizadas em moeda nacional pela acionista SGBH. Em 31 de dezembro de 2019 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 214.035.000, dividido em 214.035.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas no valor nominal de R\$ 1,00 cada. A composição acionária está demonstrada a seguir:

	2019 e 2018
State Grid Brazil Holding S.A.	99,99%
International Grid Holding Limited	0,01%
	100%

b) **Reserva legal:** A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. c) **Dividendos e juros sobre capital próprio:** Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido do exercício	47.479.938	32.921.153
Reserva legal (5%)	(2.373.997)	(1.646.057)
Base de cálculo para os dividendos	45.105.941	31.275.096
Dividendo mínimo obrigatório	451.061	312.751
Juros sobre capital próprio	(18.478.468)	-

Em 17 de dezembro de 2019, foi aprovado o pagamento de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 18.478.468 referente ao exercício social de 2019. O valor do imposto de renda devido sobre o juros sobre capital próprio foi de R\$ 2.771.773 o que gerou um valor líquido a pagar de R\$15.706.695, que será pago até dezembro de 2020. Devido ao valor ter sido superior ao valor do dividendo mínimo obrigatório, não houve provisão do mesmo.

17. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2019	31/12/2018
Receita operacional bruta	202.702.526	89.394.708
Receita de operação e manutenção	20.870.476	19.823.453
Remuneração dos ativos de contrato	63.187.181	61.668.075
Receita de construção	118.832.303	8.119.646
Ajustes de receitas variáveis	(187.434)	(216.466)
Deduções da receita operacional	(22.948.137)	(11.942.961)
PIS	(3.359.783)	(1.475.013)
COFINS	(15.475.364)	(6.793.998)
RGR	(2.825.197)	(2.459.406)
P&D	(359.272)	(333.949)
TFSEE	(928.521)	(880.595)
	179.754.389	77.451.747

18. CUSTO DA OPERAÇÃO

	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal	(9.379.367)	(9.547.660)
Material	(3.056.460)	(717.433)
Serviços de terceiros	(1.271.705)	(1.042.200)
Seguros	(123.222)	(151.482)
Tributos	(166.914)	(27.622)
Arrendamentos e aluguéis	(64.876)	(28.723)
Custo de construção (i)	(92.366.459)	(6.572.610)
Custo de operação e manutenção	(662.583)	(2.783.582)
Gastos diversos	(916.647)	(2.148.742)
	(108.008.233)	(23.020.044)

(i) Valor refere-se ao projeto de reforço que segundo a resolução autorizativa 6687/2017, autoriza a Companhia a implantar reforços em instalações de transmissão.

19. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal	(4.266.073)	(3.901.722)
Material	(73.460)	(32.057)
Serviços de terceiros	(695.942)	(581.670)
Arrendamentos e aluguéis	(84.156)	(74.748)
Doações	(220.931)	(422.829)
Provisão	139.098	1.736.548
Tributos	(6.028)	(3.242)
Depreciação e amortização	(43.555)	(33.154)
Outras	(383.712)	(215.136)
	(5.634.759)	(3.528.010)

20. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2019	31/12/2018
Receita financeira	5.792.640	2.687.857
Receitas de aplicações financeiras	5.461.235	1.753.977
Variação monetária	16.907	689.475
Outras receitas financeiras	596.167	341.862
Tributos sobre receitas financeiras	(281.669)	(97.457)
Despesa financeira	(8.349.510)	(3.892.413)
Variações monetárias passivas	(3.477.513)	(1.594.811)
Juros sobre financiamentos	(4.717.765)	(1.741.059)
Outras despesas financeiras	(154.232)	(556.543)
	(2.556.870)	(1.204.556)

21. BASE DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (LUCRO REAL)

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	61.736.707	48.959.913
Alíquota nominal	(20.966.480)	(16.622.370)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva		
Adições e exclusões não dedutíveis	163.769	440.963
Incentivos Fiscais (Lei Rouanet/Desportivo/PAT)	263.718	458.382
Outros	6.282.224	(315.734)
Imposto de renda e contribuição social à alíquota efetiva	(14.256.769)	(16.038.759)
IR e CS correntes	(5.355.150)	(14.998.166)
IR e CS diferidos	(8.901.619)	(1.040.593)
	(14.256.769)	(16.038.759)

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros. Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2. Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

22.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Caixa e equivalentes de caixa	6	45.875.825	30.193.208	24.438.130
Títulos e valores mobiliários	7	-	-	7.930.426

Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Contas a receber - partes relacionadas	23	1.606.551	1.253.965	862.390
Concessionárias e permissionárias	8	9.553.193	9.719.283	9.509.118

Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Financiamentos	10	113.505.664	39.713	28.178.415
Fornecedores - terceiros	-	13.460.864	1.223.098	684.872
Fornecedores - partes relacionadas	23	704.917	698.444	848.581

22.2. Gestão de risco: As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente



PORTO PRIMAVERA

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 07.081.291/0001-39



★ continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Acionistas e Diretores da

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 4, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Mensuração do ativo de contrato

Conforme divulgado na nota 9 às demonstrações financeiras, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessário a satisfação da obrigação de operar e manter para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo do ativo de contrato da Companhia é de R\$480.608.621.

O reconhecimento do ativo de contrato e da receita da Companhia de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao

cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperada, ou inexistência de margens de lucro esperada, em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da administração. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) a avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados aos gastos realizados para execução do contrato; ii) análise da existência ou não de margem nos contratos; iii) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; iv) a revisão dos fluxos de caixa projetados, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e na definição da taxa de desconto utilizada no modelo com o auxílio de profissionais especializados em avaliação de empresas; e v) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que a mensuração do ativo de contrato e da receita de construção e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante,

independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2020

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SPO15199/O-6
Glauco Dutra da Silva
Contador CRC-1RJ090174/O-4

